

RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.157 - RS (2019/0326041-6)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : **EXITO SERVICOS EDUCACIONAIS EIRELI**
ADVOGADO : **LUCIANO MALLMANN CARDOSO - RS109564**
RECORRIDO : **SERGIO PIERETTI AGRA**
ADVOGADOS : **WAGNER LINDNER DA SILVA - RS084083**
: **CRISTIANO FERREIRA NUNES - RS095052**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por EXITO SERVICOS EDUCACIONAIS EIRELI , com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS C/C LUCROS CESSANTES E USO INDEVIDO DE IMAGEM.

DECISÃO CITRA PETITA.

A sentença que decide a lide de acordo com os limites postos na inicial, resolvendo as questões submetidas ao juízo, atende aos requisitos do art. 489 e seguintes do CPC/15 e não constitui decisão citra petita. - Circunstância dos autos em que a sentença não incorreu em nulidade.

DANO MATERIAL.

A pretensão por lucros cessantes precisa estar alicerçada em prova da atividade concreta, do ato ilícito e do dano que não é abstrato para ser presumido. - Circunstância dos autos em que a parte autora não fez a prova que lhe incumbia e se impõe manter a sentença.

DANO MORAL.

O reconhecimento à compensação por dano moral exige a prova de ato ilícito, a demonstração do nexo causal e o dano indenizável que se caracteriza por gravame ao direito personalíssimo, situação vexatória ou abalo psíquico duradouro. - Circunstância dos autos em que se impõe reconhecer o dano extrapatrimonial.

RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. " (e-STJ,fl. 317)

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fl. 343/352)

Em suas razões recursais, a recorrente aponta violação do artigo 85, §2º, do CPC, sustentando, em síntese, que os honorários devidos ao recorrente, redimensionados

pelo Egrégio Tribunal *a quo*, foram estabelecidos de forma diversa do que estabelece o CPC, pois devem ser fixados em percentuais no mínimo de 10% e no máximo de 20%, o que não restou observado.

Apresentadas contrarrazões às fls. 368/377 (e-STJ)

É o relatório. Passo a decidir.

O recorrente/réu defende, em suas razões recursais, que como o recorrido/autor foi sucumbente em parte dos pedidos, deve arcar com "*honorários sucumbenciais no percentual de 20% (vinte por cento)* " (e-STJ fl.362)

Sobre o tema, a Corte de origem dispôs:

"O autor apelou e o recurso foi provido para condenar a prestar indenização por dano moral quantificando-a em R\$ 5.000,00; e a sucumbência foi redimensionada, assim constando:

A sentença foi de parcial procedência e o resultado deste julgamento altera a sucumbência.

Assim, condeno a parte autora ao pagamento de 30% das custas judiciais e de honorários advocatícios ao patrono da parte ré na quantia de R\$ 600,00 (seiscentos reais) e a parte ré ao pagamento do restante das custas judiciais e de honorários advocatícios ao patrono da parte autora fixados em 20% sobre o valor da condenação com o esclarecimento de ser o percentual máximo previsto e não resultar em quantia irrisória.

Assim, nas custas, o percentual de 30 e 70% foi invertido; e quanto aos honorários advocatícios, o autor que estava condenado em R\$ 1.700,00 teve a verba fixada em R\$ 600,00, ou seja, reduzida em R\$ 1.100,00 por ter logrado êxito no pleito de dano moral; e a ré que estava condenada em R\$ 1.300,00 teve a verba fixada em R\$ 1.100,00 (20% sobre o valor da condenação), porquanto é o percentual admissível e não resulta em quantia irrisória, como destacado no acórdão.

A ré agrava sustentando que o interno versa sobre os honorários sucumbenciais que foram atribuídos ao seu patrono na quantia de R\$ 600,00. Aduz que o art. 85, §2º, do CPC prevê a fixação em percentual; que a ação tramita desde 09/10/2015; e que não pode ser condenado a arcar com honorários em maior parte que o autor. Diz que a proporcionalidade da sucumbência deve ser analisada; e prequestiona.

No entanto, na sentença a ré já estava beneficiada com honorários em quantia determinada e disso não recorreu para pretender que nesta instância fossem estabelecidos em percentual; e o acórdão simplesmente compensou o que retirava de um polo para acrescer

ao outro em decorrência da condenação em dano moral.

Cabe considerar que o decaimento do autor, ao fim e ao cabo, deu-se apenas no pleito de lucros cessantes; e estes não foram quantificados na inicial, tal qual o dano moral, eis que a ação foi proposta 09/10/2015, na vigência do CPC/73." (e-STJ fl. 350/351)

Como visto, a Corte de origem concluiu que a sentença já havia fixado os honorários advocatícios em favor do recorrente em quantia determinada e que disso a parte não recorreu a tempo. Concluiu, ainda, que o decaimento do autor deu-se apenas no pleito de lucros cessantes, que não foram quantificados na inicial, de modo que não há como adotar qualquer base de cálculo em relação ao mesmo.

Ocorre que, tais fundamentos, autônomos e suficientes à manutenção do v. acórdão recorrido, não foram impugnados nas razões do recurso especial, convocando, na hipótese, a incidência da Súmula 283/STF, segundo a qual "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles*". Neste sentido:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RAZÕES QUE NÃO ENFRENTAM O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. NÃO IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DAS RAZÕES DO ACÓRDÃO ESTADUAL. INCIDÊNCIA DO VERBETE Nº 283/STF.EXECUÇÃO. CÉDULA RURAL. ARGUIÇÃO DE EXCESSO DE COBRANÇA. ANÁLISE. SÚMULAS 5 E 7/STJ.

1. Ante a deficiência na motivação e a ausência de impugnação de fundamento autônomo, aplica-se, por analogia, o óbice da Súmula nº 283, do STF.

2. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória e a interpretação de cláusulas contratuais (Súmulas 5 e 7/STJ).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 687.997/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 08/11/2018, DJe 13/11/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO COMINATÓRIA. PLANO DE SAÚDE COLETIVO. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO ATACADOS. SÚMULA 283/STF. RESCISÃO UNILATERAL. BENEFICIÁRIO EM TRATAMENTO MÉDICO. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. DECISÃO MANTIDA.

RECURSO DESPROVIDO.

1. A ausência de impugnação, nas razões do recurso especial, de fundamento autônomo e suficiente à manutenção do acórdão recorrido atrai o óbice da Súmula 283 do STF, segundo a qual: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles."

2. Não obstante o plano de saúde coletivo possa ser rescindido unilateralmente, mediante prévia notificação do usuário, esta Corte reconhece ser abusiva a rescisão do contrato durante o tratamento médico garantidor da sobrevivência e/ou incolumidade física, como no caso em apreço, no qual a segurada diagnosticada com câncer se encontra em tratamento oncológico.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1298878/SP, de minha Relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 31/10/2018)

Ademais, o recorrente pleiteia que o recorrido deve arcar com "honorários sucumbenciais no percentual de 20% (vinte por cento), mas nem mesmo indica sobre qual base de cálculo deve incidir tal percentual, tornando patente a ausência de fundamentação do recurso. Tal circunstância atrai a incidência do nº 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal. A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRIBUTÁRIO. RECURSO QUE DEIXA DE IMPUGNAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE NEGOU PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SÚMULA Nº 182/STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECORRENTE QUE NÃO DEFINE NEM DEMONSTRA EM QUE CONSISTE A OMISSÃO. SÚMULA Nº 284/STF. ARTIGOS 496 E 513 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. NÃO DEMONSTRAÇÃO DA VIOLAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DE LEIS FEDERAIS. SÚMULA Nº 284/STF. AGRAVO IMPROVIDO.

1. "É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada." (Súmula do STJ, Enunciado nº 182).

2. "É possível o juízo de admissibilidade adentrar o mérito do recurso, na medida em que o exame da sua admissibilidade, pela alínea 'a', em face dos seus pressupostos constitucionais, envolve o próprio mérito da controvérsia." (AgRgAg nº 228.787/RJ, Relator Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, in DJ 4/9/2000).

3. Em tema de violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, a não indicação expressa das questões apontadas como

omitidas vicia a motivação do recurso especial, inviabilizando o seu conhecimento. Incidência do enunciado nº 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

4. Ao apontar a violação dos artigos 496, inciso I, e 513 do Código de Processo Civil, nas razões do recurso especial, a agravante não define nem demonstra no que consistiu a alegada violação dos dispositivos legais, deixando de explicitar, de forma clara e precisa, a negativa de vigência de lei federal, atraindo a incidência do enunciado nº 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

5. Agravo regimental improvido.

(AgRg no Ag 1292758/MG, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/05/2010, DJe 04/06/2010)

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Com supedâneo no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários advocatícios devidos ao recorrido de R\$ 600,00 para R\$ 660,00.

Publique-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator